ELEIÇÕES MUNICIPAIS / Ministra Cármen Lúcia adianta que TSE pode tornar mais rígidas as normas, com vistas ao pleito de 2026. Casos da cadeirada de Datena e soco desferido por assessor de Marçal são as referências para o endurecimento

Mudanças para coibir violência

» RAPHAEL PATI

cinco dias das eleições municipais em 26 estados, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, levantou a possibilidade de haver mudanças na legislação para o pleito de 2026, com regras mais rígidas capazes de coibir os casos de violência. Em entrevista ao programa Roda Viva, da *TV Cultura*, ela enfatizou que episódios de brutalidade, embora sejam comuns nas disputas eleitorais brasileiras, são um desserviço à sociedade.

"Há uma grande possibilidade de a gente ter essa renovação no sentido do aperfeiçoamento e de se afastarem casos como esses. São lamentáveis, porque não se espera que a sociedade tenha que assistir a esse tipo de situação num processo que é de oferecimento de nomes, de candidatos para apresentarem um povo que, em si, não é conflituoso, que é o povo brasileiro", disse.

Embora não tivesse citado nominalmente, a ministra se referia aos dois episódios qe marcaram as eleições municipais deste ano, ambos relacionado à disputa pela Prefeitura de São Paulo: a "cadeirada" de José Luiz Datena (PSDB) em Pablo Marçal — no debate da *TV Cultura* — e o soco que Nahuel Medina, assessor do candidato do PRTB, deu em Duda Lima, marqueteiro do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que busca a reeleição, no debate do grupo Flow.

"Acho que todo processo eleitoral ensina muito. Ensina os comportamentos que a gente não tinha e passamos a ter. Ensina quais os aperfeiçoamentos na legislação e uma legislação que muda muito é a legislação eleitoral, exatamente por esse aprendizado que se tem", afirmou.

Por conta disso, a presidente do TSE criou um observatório permanente contra a violência política. A ideia é que o colegiado substitua o atual Núcleo de Garantia do Direito dos Eleitores do TSE. Também há, da parte do TSE, uma grande preocupação com a desinformação provocada pela inteligência artificial (IA), que, segundo Cármen, poderia "contaminar" ou "comprometer" o processo eleitoral deste ano. Conforme observou, até a semana passada mais de 3,3 mil notificações e denúncias sobre fake news por meio de IA foram levadas ao tribunal, sendo que 2,2 mil foram respondidos.

Cármen observou, ainda, que o TSE acompanhará de perto o período do pós-horário eleitoral gratuito no rádio e na tevê, que termina na quinta-feira, até a data do pleito, no próximo domingo. A fiscalização mais severa é para que não haja abusos nas redes sociais, sobretudo da parte de candidatos que tenham uma estrutura azeitada de divulgação. A ministra frisou que a Corte e os tribunais regionais eleitorais (TREs) estão atentos aos casos "previsíveis" — e atuará com celeridade para coibi-los.



Ministra frisou que TSE e TREs estão atentos às redes sociais no período pós-término do horário gratuito

ORÇAMENTO SECRETO

Dino cobra a suspensão do esquema

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, subiu o tom e deu uma reprimenda nos poderes Executivo e Legislativo ao agendar mais uma audiência pública sobre o fim do orçamento secreto. Ele reiterou, ontem, que é "absolutamente incompatível" com a Constituição e com a harmonia entre os poderes que uma decisão da Corte máxima—que declarou inconstitucional o esquema — não tenha sido

adequadamente cumprida, dois fu anos após o julgamento.

O ministro ressaltou que o processo, no STF, sobre o orçamento secreto, não tem data para acabar e vai se alongar "pelo tempo necessário à adequação das práticas orçamentárias aos ditames da Constituição Federal". "Cumprir o devido processo orçamentário, consagrado constitucionalmente, não é uma escolha política ou administrativa, e sim um dever

fundamental imposto aos três Poderes da República", frisou.

Dino marcou a audiência pública sobre o orçamento secreto para 10 de outubro. Ele suspendeu a aplicação de recursos das emendas de relator e das emendas de comissão até que houvesse total transparência dos repasses. Ele indicou que deve decidir sobre obras efetivamente em andamento, que dependam dos recursos paralisados, desde que com regras adequadas.

No encontro, serão debatidas as informações efetivamente disponíveis sobre as emendas de relator e de comissão, as quais serão repassadas à Controladoria-Geral da União (CGU), para disponibilização no Portal da Transparência. Além disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) e as advocacias da Câmara e do Senado vão apresentar suas propostas para reestruturação e reorganização das emendas do orçamento secreto para 2025.



Audiência com ministro é para que poderes se adequem à decisão do STF

